

# Governo não pretende adoçar o pacote econômico

Arquivo 29/02/88

Arquivo 24/02/88



Mailson e Abreu ainda vão discutir, na terça-feira, "algumas coisas" com o presidente Sarney

Fredy Krause

"Nós não vamos levar nenhum pote de mel ao Presidente", afirmou ontem à tarde o economista Cláudio Adilson Gonçalves, assessor especial do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para significar que o pacote econômico em estudo no Governo contera medidas duras. Ele não confirmou diretamente a divulgação do pacote na próxima terça-feira, mas disse que, naquele dia, os ministros da Fazenda e do Planejamento discutirão "algumas coisas" com o presidente José Sarney.

As informações foram prestadas às 16h30 de ontem, quando Cláudio Adilson Gonçalves deixava o Ministério da Fazenda, depois de participar, desde a parte da manhã, de uma reunião presidida pelo secretário-geral do Ministério, Paulo César Ximenes, justamente para acertar alguns detalhes técnicos do pacote. Da reunião participaram outros técnicos da Fazenda e também o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Raul Velloso.

## Fiscalização

Ao mesmo tempo em que corria esta reunião, outra, presidida pelo secretário-substituto da Receita Federal, Eivani Antônio da Silva, realizava-se no mesmo prédio com o objetivo de montar um esquema de rigorosa fiscalização na área da Receita Federal para aumentar a arrecadação do Tesouro Nacional e reduzir a sonegação de impostos.

Ao deixar o Ministério, por volta das 15h30, Eivani Antônio da Silva disse que o ministro Mailson da Nóbrega pediu, na sexta-feira, que o esquema fosse elaborado em regime de urgência para lhe ser encaminhado até segunda-feira. Ele esclareceu que o programa já existe, mas que a partir de agora a fiscalização será intensificada.

## URP

O economista Cláudio Adilson Gonçalves disse que o Governo não está estudando, pelo menos a nível técnico, a mudança na política salarial também do setor privado, mas deixou em aberto a possibilidade de isto vir a ocorrer no futuro. Ao responder à pergunta de um jornalista que queria saber se a Unidade de Referência de Preços (URP) vai mudar também para os empregados do setor privado, junto com a do funcionalismo público federal, ele respondeu: "Agora, não". Na última sexta-feira, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, havia admitido a possibilidade de o Governo mexer também na URP do setor privado.

Gonçalves não quis antecipar nenhuma das medidas em estudo,

nem mesmo a opção pela qual o Governo se inclina mais para resolver o problema de sua folha salarial, através da redução da URP: se um corte puro e simples, se um corte agora para reposição posterior, se um corte parcial em efeito cascata (corte maior na URP de quem ganha mais e menor para os salários mais baixos). Nem mesmo sua opinião pessoal ele quis manifestar sobre a conveniência maior de uma dessas opções.

Ele disse que para o fim de semana não estava prevista outra reunião, embora alguns detalhes ainda não estejam fechados a nível técnico para algumas das medidas do pacote. Por isso, não descartou a possibilidade de o ministro da Fazenda convocar nova reunião a qualquer hora. Elas terão que ser ultimadas na segunda-feira, quando o presidente José Sarney estará fora de Brasília (viaja ao Maranhão e Piauí), para lhe ser encaminhadas na terça. Segundo Cláudio Adilson, já existem medidas tecnicamente prontas, mas ele não quis antecipar quais são.

## Medidas

Entre as principais medidas de corte do déficit público governamental de uma previsão de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para entre 4% e 4,5%, figuram: 1) corte da URP do funcionalismo público (a fórmula ainda está em debate e gerando controvérsias dentro do Governo); 2) manutenção de redes curtas nos empréstimos a Estados e municípios; 3) corte de incentivos fiscais e de subsídios (até agora, porém, a exemplo de vários governos anteriores, o quarto ministro da Fazenda, da Nova República, continua reticente sobre o corte total do subsídio ao trigo, por ser um forte fator inflacionário); 4) cortes de gastos na revisão do Orçamento Geral da União que está em curso; 5) a demissão de funcionários (admitida pelo ministro Ronaldo Costa Couto como uma das últimas opções, mas que também gera polêmica dentro do Governo) e 6) aumento da arrecadação do Tesouro.

Existe, na Receita Federal, a convicção de que um combate eficiente à sonegação poderia elevar a receita fiscal da União em até 50%. Porém, para isso a máquina arrecadadora teria que sofrer importantes aperfeiçoamentos. As primeiras amostras da tentativa de exercer maior rigor sobre os contribuintes, pelo menos no que tange aos do Imposto de Renda, não são das melhores. Até agora, a Receita sequer conseguiu corrigir todas as incorreções nas declarações de 1987 (ano-base de 1988). E nas correções que fez, acabou cometendo, ela própria, uma série de erros.